

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.080 - MG (2019/0354129-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **THALYTA CAVALHEIRO DAMER DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **THALYTA CAVALHEIRO DAMER DE OLIVEIRA - PR0091454**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
PACIENTE : **EVANDRO DA SILVA GONÇALVES (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de EVANDRO DA SILVA GONÇALVES contra decisão liminar proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.156076-2/000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do crime de furto qualificado.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual. Entretanto, o Desembargador Relator indeferiu a medida urgente (e-STJ fls. 8/10).

Nesta impetração, alega a defesa que não cabia impugnação anterior de agravo à execução, uma vez que já houve o trânsito em julgado dos autos, tendo o Ministério Público pleiteado a juntada do trânsito, mas a Justiça se mantido inerte, deixando de progredir o paciente de regime, embora já implementado seu direito, por força da reforma da sentença que diminuiu sua pena.

Alega que o paciente já tem direito ao regime aberto - lapso temporal e requisito subjetivo, com várias saídas temporárias concedidas.

Nesse patamar, pede, tanto em liminar quanto no mérito, a progressão ao regime aberto em favor do apenado, com superação da Súmula 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

Superior Tribunal de Justiça

Consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça, não se admite *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no verbete sumular n. 691/STF: *Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*, aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJ de 21/06/2010; HC 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 07/12/2009; HC 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJ de 31/08/2009).

No caso, não há nada nos autos que demonstre o constrangimento ilegal alegado pelo ora executado, uma vez que o Juízo das execuções tem concedido a ele os direitos - regime semiaberto e saídas temporárias (e-STJ fls. 164/165 e 218/219) -, em que pese a suposta ausência de juntada de guia de execução.

Assim, se o Juízo das execuções tem atendido os pedidos da defesa, deve ela primeiro pleitear lá o regime aberto.

Efetivamente, entendo que a situação não apresenta ilegalidade manifesta que enseje uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do enunciado sumular do Supremo Tribunal Federal, devendo a impetrante aguardar a análise do mérito pela Corte de origem.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

